

**COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.691	291.148	Fornecedores	15	770.081	5.543.408
Contas a receber de clientes	7	2.857.345	22.058.706	Obrigações sociais e trabalhistas	16	17.457.778	17.597.831
Estoques	8	1.985.582	2.551.929	Obrigações fiscais	17	2.916.209	713.874
Impostos a recuperar		661.258	445.072	Parcelamentos tributários	18	2.381.782	321.479
Adiantamentos	9	2.529.752	2.894.970	Adiantamentos de clientes	19	23.492.924	30.319.250
Outras contas a receber	10	7.712.302	7.712.302			47.018.774	54.495.842
		15.752.930	35.954.127				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Parcelamentos tributários	18	36.440.200	34.607.579
Contas a receber de clientes	7	457.575	457.575	Provisão para passivos financeiros	20	1.103.171.213	1.103.171.213
Depósitos e bloqueios judiciais	11	2.829.628	2.857.245	Passivos em recuperação judicial	21	145.594.398	151.780.727
Partes relacionadas	28	994.899.988	978.957.157	Partes relacionadas	28	906.861.900	887.441.454
Outras contas a receber	10	162.749	138.555	Provisão para contingências	22	6.716.214	41.955.863
Ativo biológico	12	50.631.630	131.981.493			2.198.783.925	2.218.956.836
Investimentos	13	51.394.697	53.409.907	Passivo a descoberto	23		
Imobilizado	14	219.063.971	219.063.971	Capital social		162.163.843	162.163.843
		1.319.440.238	1.386.865.903	Prejuízos acumulados		(1.072.773.374)	(1.012.796.491)
						(910.609.531)	(850.632.648)
Total do Ativo		1.335.193.168	1.422.820.030	Total do Passivo e do Passivo a Descoberto		1.335.193.168	1.422.820.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	24	19.121.501	31.889.265
Custo dos produtos vendidos	25	(18.617.754)	(13.919.911)
Resultado bruto		<u>503.747</u>	<u>17.969.354</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	25	(20.402.885)	(16.334.076)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	<u>34.837.370</u>	<u>(40.369.149)</u>
		14.434.485	(56.703.225)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>14.938.232</u>	<u>(38.733.871)</u>
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	27	54.768	62.044.116
Despesas financeiras	27	<u>(6.314.434)</u>	<u>(4.456.557)</u>
	27	(6.259.666)	57.587.559
Lucro líquido do exercício		<u>8.678.566</u>	<u>18.853.688</u>
Número de ações ao final do exercício	23(a)	<u>265.947</u>	<u>265.947</u>
Lucro líquido do exercício por ação		<u>32,63</u>	<u>70,89</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		162.163.843	(657.553.002)	(495.389.159)
Ajustes de exercícios anteriores	23(c)	-	(401.146.928)	(401.146.928)
Compensação de prejuízos fiscais e base de calculo negativa de CSLL	18(d)	-	27.049.751	27.049.751
Lucro líquido do exercício		-	18.853.688	18.853.688
Saldos em 31 de dezembro de 2024		162.163.843	(1.012.796.491)	(850.632.648)
Ajustes de exercícios anteriores	23(c)	-	(68.655.449)	(68.655.449)
Lucro líquido do exercício		-	8.678.566	8.678.566
Saldos em 31 de dezembro de 2025		162.163.843	(1.072.773.374)	(910.609.531)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	8.678.566	18.853.688
Ajustes por:		
Baixas no ativo biológico	12.223.799	-
Ajustes de saldo no ativo biológico	69.126.064	-
Reclassificação de saldo de investimentos	24.194	-
Provisão para perdas sobre investimentos	1.991.016	-
Depreciação do imobilizado	-	586.289
Baixas no imobilizado, líquidas de depreciação	-	3.000
Provisão para contingências	(35.239.649)	41.955.863
Ajustes de exercícios anteriores	(68.655.449)	(401.146.928)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	27.049.751
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício - ajustado	(11.851.459)	(312.698.337)
Variações das atividades operacionais		
Contas a receber de clientes	19.201.361	216.804.678
Estoques	566.347	6.272.773
Impostos a recuperar	(216.186)	9.800.009
Adiantamentos	365.218	33.145.709
Outras contas a receber	(24.194)	23.730.968
Depósitos e bloqueios judiciais	27.617	54.817.046
Fornecedores	(4.773.327)	(178.857.360)
Obrigações sociais e trabalhistas	(140.053)	(39.423.784)
Obrigações fiscais	2.202.335	(43.035.609)
Parcelamentos tributários	3.892.924	(57.228.370)
Adiantamentos de clientes	(6.826.326)	(116.966.443)
Outras contas a pagar	-	(1.082.635)
Passivos em recuperação judicial	(6.186.329)	16.107.686
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(3.762.072)	(388.613.669)
Atividades de investimentos		
Adições no ativo biológico	-	(233.538)
Adições no imobilizado	-	(1.076)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	-	(234.614)
Atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	3.477.615	387.787.774
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	3.477.615	387.787.774
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(284.457)	(1.060.509)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldo iniciais de caixa e equivalentes de caixa	291.148	1.351.657
Saldo finais de caixa e equivalentes de caixa	6.691	291.148
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(284.457)	(1.060.509)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

1. Informações gerais

(a) Atividades operacionais

A **Companhia Agro Industrial de Goiana – Em Recuperação Judicial (“Companhia”)**, que faz parte do “**Grupo João Santos – GJS**”, é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social: a) fabricação de açúcar em bruto; b) fabricação de álcool; c) cultivo de cana-de-açúcar; e d) praticar quaisquer atos e operações correlatas ou decorrentes dos objetos referidos nas alíneas anteriores. A Companhia possui sede na Fazenda Engenho Bujari, no município de Goiana, no Estado de Pernambuco.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e a apresentação dessas demonstrações financeiras em 22 de maio de 2026.

(b) Reestruturação

Em 21 de dezembro de 2022, foi ajuizado o pedido de Recuperação Judicial da **Companhia Agro Industrial de Goiana**, que foi deferido em 23 de dezembro do mesmo ano, em conjunto com as demais empresas do **Grupo João Santos** (consolidação processual), nos termos da Lei nº 11.101/2005 (“Lei das Falências”), por meio do processo nº 0169521-37.2022.8.17.2001. Foram apontadas como principais razões do pedido: o alto grau de endividamento decorrente das garantias manifestamente excessivas e onerosas constantes dos contratos firmados com os seus credores, tendo estes ajuizado várias ações judiciais individuais requerendo a penhora de seus ativos.

Ao longo de 2025, o **Grupo João Santos** promoveu avanços estruturais relevantes no âmbito de sua Recuperação Judicial, com destaque para a atualização e consolidação da lista de credores, refletindo na transparência necessária referente ao passivo sujeito ao processo e divulgado na Nota Explicativa nº 21. Em paralelo, houve evolução consistente no cumprimento das obrigações sobre o Plano de Recuperação Judicial, com pagamentos de aproximadamente R\$69,1 milhões, contemplando as Classes I, III e IV e beneficiando 2.909 credores.

No mesmo período, foi intensificado o processo de mediação com credores, sustentado, em grande medida, pela recomposição de caixa decorrente da reintegração de depósitos recursais. Essa estratégia contribuiu diretamente para a construção de um ambiente evolutivo, favorecendo a adesão ao plano.

Para o ano de 2026, o **Grupo João Santos** estabelece continuidade do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial. Nesse sentido, um plano estruturado de liquidação de ativos não estratégicos, com foco na maximização de valor, aliado à reestruturação operacional e ao desenvolvimento de novas unidades de negócio mais eficientes, rentáveis e alinhadas às diretrizes de longo prazo. A combinação dessas iniciativas reforça o compromisso do **Grupo João Santos** e sua atual administração com a sustentabilidade financeira, a recomposição de valor para seus credores e a retomada consistente de sua capacidade de crescimento, posicionando a companhia de forma mais sólida e competitiva para os próximos ciclos.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

O objetivo da nova administração é conduzir a reestruturação operacional e financeira do **Grupo João Santos**. Logo, as demonstrações financeiras ora apresentadas pressupõem a continuidade das suas operações.

(c) Desempenho operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a **Companhia Agro Industrial de Goiana – Em Recuperação Judicial** apresentou insuficiência de capital de giro de R\$31.265.844 (R\$18.541.715 em 31 de dezembro de 2024), prejuízos acumulados de R\$1.072.773.374 (R\$1.012.796.491 até 31 de dezembro de 2024) e passivo a descoberto de R\$910.609.531 (R\$850.632.648 em 31 de dezembro de 2024). A Administração da Companhia está envidando esforços no sentido de equacionar as operações de modo a reverter a situação a médio prazo, por meio de ações internas e o pedido de recuperação judicial, citado na Nota Explicativa 1(b). Por estes motivos, não foi efetuado nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou aos valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função dos fatos citados.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes, além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2.2. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Passivo financeiro

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a) Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

b) Contas a receber de clientes e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e outros investimentos em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. Os referidos investimentos estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal faturado e, subsequentemente, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou *impairment*), quando necessário.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) é constituída com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *impairment*; e, (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* na data-base.

2.5. Estoques

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de materiais, custos de produção e transformação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.6. Impostos a recuperar

São avaliados ao custo e não excedem ao valor esperado de realização.

2.7. Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

A cana-de-açúcar é mensurada a valor justo de acordo com o método de fluxo de caixa descontado. O período de colheita inicia-se geralmente entre agosto e setembro de um ano e termina entre fevereiro e março do ano subsequente.

2.8. Investimentos

Consistem, em sua maioria, em quotas e/ou ações de sociedades e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização e/ou perdas, quando necessário.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2.9. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, sempre que houver necessidade.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2.12. Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.13. Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos ou, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos na prestação de serviços.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(a) Venda de produtos

A receita operacional da venda é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida quando o valor dela pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido. Abrange todas as receitas de juros sobre ativos financeiros e ganhos nos instrumentos financeiros, além de juros, variações cambiais e monetárias sobre outros ativos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso aplicável.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.15. Impactos da Reforma Tributária

Reforma Tributária sobre o consumo (Emenda Constitucional 132/2023 e Lei Complementar 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu ampla reforma no sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, instituindo a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, em substituição ao PIS, COFINS, ICMS e ISS, além da criação do Imposto Seletivo (IS).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a operacionalização desses tributos, estabelecendo regras de transição, regimes específicos e governança do sistema.

Até 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que as alterações introduzidas pela nova legislação não geraram impactos que requeiram ajustes nas demonstrações financeiras do exercício findo nessa data. Entretanto, reconhece que os impactos econômicos decorrentes da nova sistemática tributária poderão influenciar a formação de preços, margens operacionais e fluxo de caixa futuro, especialmente durante o período de transição, previsto até 2033.

A Companhia implementou as adaptações sistêmicas necessárias para atendimento às exigências relativas ao período de testes em 2026, incluindo o destaque informativo de IBS e CBS nos documentos fiscais, conforme regulamentação vigente.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (Lei Complementar 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025 introduziu alterações nos critérios de concessão e manutenção de benefícios fiscais de natureza tributária concedidos pela União, aplicáveis, entre outros, ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI e contribuições previdenciárias.

A Administração avaliou os efeitos dessa legislação e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, não há impactos que demandem ajustes nos ativos fiscais reconhecidos ou nas estimativas contábeis relacionadas a benefícios tributários.

Avaliação contábil

A Companhia não possui ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ativos intangíveis com vida útil indefinida cujas premissas de realização estejam impactadas pela reforma tributária até a presente data.

A Administração continuará monitorando a regulamentação complementar e eventuais impactos regulatórios ou econômicos decorrentes da implementação integral da reforma tributária.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia efetua estudos para avaliar o registro de eventual provisão para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.

(b) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente o ativo imobilizado. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda; b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos.

(c) Provisão para contingências

A Companhia discute questões cíveis e tributárias nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para causas judiciais.

4. Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de diretrizes da Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada periodicamente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela diretoria financeira da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Companhia.

(b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, quando aplicável e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

i. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

ii. Risco de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

iv. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	770.081	-
Adiantamentos de clientes	23.492.924	-
Provisão para passivos financeiros	-	1.103.171.213
Passivos em recuperação judicial	-	145.594.398
Partes relacionadas	-	906.861.900
	<u>24.263.005</u>	<u>2.155.627.511</u>
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	5.543.408	-
Adiantamentos de clientes	30.319.250	-
Provisão para passivos financeiros	-	1.103.171.213
Passivos em recuperação judicial	-	151.780.727
Partes relacionadas	-	887.441.454
	<u>35.862.658</u>	<u>2.142.393.394</u>

(c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2025	2024
Ativos financeiras		
Caixa e equivalentes de caixa	6.691	291.148
Contas a receber de clientes	3.314.920	22.516.281
Adiantamentos	2.529.752	2.894.970
Outras contas a receber	7.875.051	7.850.857
Partes relacionadas	994.899.988	978.957.157
	<u>1.008.626.402</u>	<u>1.012.510.413</u>
Passivos financeiras		
Fornecedores	770.081	5.543.408
Adiantamentos de clientes	23.492.924	30.319.250
Provisão para passivos financeiros	1.103.171.213	1.103.171.213
Passivos em recuperação judicial	145.594.398	151.780.727
Partes relacionadas	906.861.900	887.441.454
	<u>2.179.890.516</u>	<u>2.178.256.052</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	6.337	18.408
Aplicações financeiras	354	272.740
	<u>6.691</u>	<u>291.148</u>

As aplicações financeiras correspondem a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são indexadas por taxas similares as do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, mantidos em instituições financeiras com bom *rating* de avaliação e boa reputação no mercado. A Administração considera esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de valor.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

7. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Duplicatas a receber - Terceiros	89.025.109	104.558.908
Duplicatas a receber - Partes relacionadas	1.725.565	1.719.815
	90.750.674	106.278.723
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(87.435.754)	(83.762.442)
	3.314.920	22.516.281
Circulante	2.857.345	22.058.706
Não circulante	457.575	457.575

O saldo a receber por data de vencimento ("aging list") está demonstrado da seguinte forma:

	2025	2024
A vencer	626.605	-
Vencidos		
até 30 dias	17.390	11.942.856
de 61 a 90 dias	17.390	5.904.943
de 91 a 120 dias	17.390	758.113
de 121 a 180 dias	23.080	-
acima de 180 dias	90.048.819	87.672.811
	90.750.674	106.278.723

8. Estoques

	2025	2024
Matérias primas	427.291	907.195
Almoxarifado de peças para manutenção e reposição	1.975.559	2.032.338
	2.402.850	2.939.533
Provisão para perdas sobre estoques	(417.268)	(387.604)
	1.985.582	2.551.929



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

9. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores - terceiros	1.834.794	1.806.048
Adiantamentos a fornecedores - partes relacionadas	691.658	1.081.667
Adiantamentos a funcionários	3.300	7.255
	<u>2.529.752</u>	<u>2.894.970</u>

10. Outras contas a receber

	2025	2024
Títulos a receber de partes relacionadas	7.660.737	7.660.737
Outros valores a receber	214.314	190.120
	<u>7.875.051</u>	<u>7.850.857</u>
Circulante	7.712.302	7.712.302
Não circulante	162.749	138.555

11. Depósitos e bloqueios judiciais

	2025	2024
Depósitos judiciais	2.817.671	2.785.383
Bloqueios judiciais	11.957	71.862
	<u>2.829.628</u>	<u>2.857.245</u>



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

12. Ativo biológico

Refere-se ao cultivo de cana de açúcar.

A seguir é demonstrada a movimentação ocorrida no exercício:

	2024	Transferências	Baixas	Ajustes	2025
Culturas formadas	8.171.655	85.371.735	(12.223.799)	(69.126.064)	12.193.527
Culturas em formação	123.809.838	(85.371.735)	-	-	38.438.103
	<u>131.981.493</u>	<u>-</u>	<u>(12.223.799)</u>	<u>(69.126.064)</u>	<u>50.631.630</u>

13. Investimentos

	% de participação	2025	2024
Participação no capital de outras empresas			
Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA (*)	0,9400%	1.991.016	1.991.016
Empresa Energética Santa Teresa Ltda. (*)	98,5000%	8.077.170	8.077.170
Industria de Sacos de Papel S/A	8,6200%	7.897.248	7.897.248
Itabira Agro Industrial S/A (*)	0,6500%	270.668	270.668
Itaclínica Ltda. (*)	0,0038%	7	7
Itaguarana S/A (*)	0,0200%	13.656	13.656
Itaguassu Agro Industrial S/A (*)	0,0000%	467	467
Itaiguara Transportes Ltda.	99,6400%	42.000.000	42.000.000
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A (*)	1,9000%	7.099.994	7.099.994
Itapagé S/A Celulose e Papéis e Artefatos (*)	0,3100%	743.779	743.779
Itapessoca Agro Industrial S/A (*)	6,2500%	19.825.070	19.825.070
Itapicuru Agro Industrial S/A (*)	0,0800%	313.670	313.670
Mamoaba Agro Pastoral S/A	11,8000%	1.125.711	1.125.711
		<u>89.358.456</u>	<u>89.358.456</u>
Outros investimentos	-	<u>371.738</u>	<u>395.932</u>
		<u>89.730.194</u>	<u>89.754.388</u>
Perdas estimadas sobre investimentos (*)		<u>(38.335.497)</u>	<u>(36.344.481)</u>
		<u>51.394.697</u>	<u>53.409.907</u>

(*) As perdas estimadas foram constituídas sobre os investimentos em empresas que possuem passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2025. Em 2024, a Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA apresentou patrimônio líquido.



.18.

COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

14. Imobilizado

	Edifícios e construções	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxas anuais de depreciação / amortização / exaustão	4%	10%	10%	10%	20%	-	
Em 31 de dezembro de 2024							
Saldo inicial	133.453.378	70.958.295	8.868.912	507.194	5.864.405	123.576.300	343.228.484
Adições	-	1.076	-	-	-	-	1.076
Baixas, líquidas de depreciação	-	(3.000)	-	-	-	-	(3.000)
Depreciação, amortização e exaustão	(580.623)	(1.298)	-	(4.368)	-	-	(586.289)
Reclassificação para ativo biológico	-	-	-	-	-	(123.576.300)	(123.576.300)
Saldo contábil, líquido	<u>132.872.755</u>	<u>70.955.073</u>	<u>8.868.912</u>	<u>502.826</u>	<u>5.864.405</u>	<u>-</u>	<u>219.063.971</u>
Custo	143.027.582	89.243.549	12.235.677	1.917.545	10.370.140	-	256.794.493
Depreciação / amortização / exaustão acumulada	<u>(10.154.827)</u>	<u>(18.288.476)</u>	<u>(3.366.765)</u>	<u>(1.414.719)</u>	<u>(4.505.735)</u>	<u>-</u>	<u>(37.730.522)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>132.872.755</u>	<u>70.955.073</u>	<u>8.868.912</u>	<u>502.826</u>	<u>5.864.405</u>	<u>-</u>	<u>219.063.971</u>
Em 31 de dezembro de 2025							
Saldo inicial	132.872.755	70.955.073	8.868.912	502.826	5.864.405	-	219.063.971
Saldo contábil, líquido	<u>132.872.755</u>	<u>70.955.073</u>	<u>8.868.912</u>	<u>502.826</u>	<u>5.864.405</u>	<u>-</u>	<u>219.063.971</u>
Custo	143.027.582	89.243.549	12.235.677	1.917.545	10.370.140	-	256.794.493
Depreciação / amortização / exaustão acumulada	<u>(10.154.827)</u>	<u>(18.288.476)</u>	<u>(3.366.765)</u>	<u>(1.414.719)</u>	<u>(4.505.735)</u>	<u>-</u>	<u>(37.730.522)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>132.872.755</u>	<u>70.955.073</u>	<u>8.868.912</u>	<u>502.826</u>	<u>5.864.405</u>	<u>-</u>	<u>219.063.971</u>



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

15. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	564.467	5.257.774
Fornecedores - partes relacionadas	205.614	285.634
	<u>770.081</u>	<u>5.543.408</u>

Durante o exercício de 2025, a Companhia não realizou operações de “Risco Sacado”, que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
Salários a pagar	275.886	192.932
Provisão de férias e encargos sociais	5.153.760	5.690.712
INSS a recolher	110.858	320.109
FGTS a recolher	11.878.850	11.355.874
Outras obrigações sociais e trabalhistas	38.424	38.204
	<u>17.457.778</u>	<u>17.597.831</u>

17. Obrigações fiscais

	2025	2024
Dívida ativa - não previdenciária	2.782.764	570.005
IRRF a recolher	52.602	100.994
Outras obrigações fiscais	80.843	42.875
	<u>2.916.209</u>	<u>713.874</u>



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

18. Parcelamentos tributários

	2025	2024
Parcelamentos federais (a)	51.786	-
Parcelamentos estaduais (b)	3.879.969	3.942.518
Parcelamento FGTS - PGFN (c)	1.940.283	-
Transação PGFN (i)	32.949.944	30.986.540
	<u>38.821.982</u>	<u>34.929.058</u>
Circulante	2.381.782	321.479
Não circulante	36.440.200	34.607.579

- (a) Refere-se a parcelamento de débitos referentes a ITR, cuja homologação ocorreu em 2025 e foram negociados para pagamento em até 60 parcelas. Em 31 de dezembro de 2025 restavam 10 parcelas a serem liquidadas.
- (b) Em fevereiro de 2021 e dezembro de 2024, foram negociados junto ao Governo do Estado de Pernambuco, débitos de ICMS gerados entre 2016 e 2017, cujas liquidações se darão entre 60 e 180 meses.
- (c) Em fevereiro de 2024, foram negociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, débitos de FGTS gerados entre 1997 e 2017, cuja liquidação se dará em até 105 meses.
- (d) O **Grupo João Santos**, do qual a **Companhia Agro Industrial de Goiana – Em Recuperação Judicial** faz parte, firmou acordo, em agosto de 2023, de Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), com o fito de regularizar as dívidas fiscais existentes e inscritas em dívida ativa até dezembro de 2022, em nome das suas quarenta e uma empresas, no montante aproximado de R\$10,7 bilhões. Após meses de negociação e definições sobre o grau de recuperabilidade da dívida, a PGFN e o **Grupo João Santos** chegaram a termos da transação que resultaram na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa, sendo 64% referentes a descontos de multa e juros e 22% referentes a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro. No caso da **Companhia Agro Industrial de Goiana – Em Recuperação Judicial** os montantes envolvidos foram de R\$61.951.995 e R\$27.049.751, respectivamente, no exercício de 2024.

A efetivação do pagamento inicial de R\$230.000.000 para consolidação da transação foi realizada nos dias 31 de janeiro e 29 de fevereiro de 2024, nos valores de R\$ R\$150.000.000 e R\$80.000.000, respectivamente, obedecendo todas as cláusulas vigentes para celebração do referido acordo, de forma que foram refletidos os impactos de descontos e compensação de prejuízos fiscais no exercício de 2024.



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Em conformidade com a Portaria PGFN nº 6.757/2022, diversas empresas do **Grupo João Santos** realizaram, em setembro de 2025, o aditamento da transação tributária originalmente celebrada em setembro de 2023. O referido aditamento permitiu a inclusão de débitos cujo fato gerador é anterior à celebração da transação original. Como resultado, o montante consolidado de débitos, no valor de R\$261.409.007, foi objeto de reestruturação, com aplicação de descontos, no montante de R\$197.051.723 e utilização de prejuízos fiscais acumulados da **Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA – Em Recuperação Judicial**, no montante de R\$64.357.284, resultando em R\$42.904.856. Não houve descontos obtidos pela **Companhia Agro Industrial de Goiana – Em Recuperação Judicial** no exercício de 2025.

O prazo final para quitação do parcelamento é 31 de dezembro de 2033.

19. Adiantamentos de clientes

	2025	2024
Adiantamentos de clientes - Terceiros	23.487.480	30.314.136
Adiantamentos de clientes - Coligadas	5.444	5.114
	<u>23.492.924</u>	<u>30.319.250</u>

20. Provisão para passivos financeiros

Representam saldos passivos constantes nos registros contábeis da Companhia, atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, conforme art. 49 da Lei nº 11.101/2005, cuja documentação suporte foi recolhida pelas autoridades judiciais. Entretanto, a Administração, de forma conservadora, optou por manter a provisão dos saldos anteriormente constituídos sujeitos a futuros ajustes, caso sejam necessários.

21. Passivos em recuperação judicial

	2025	2024
Fornecedores	28.775.592	48.285.910
Instituições financeiras	20.970.630	2.316.684
Credores trabalhistas	95.848.176	101.178.133
	<u>145.594.398</u>	<u>151.780.727</u>

Referem-se aos valores apresentados na lista de credores atualizada relativos a Recuperação Judicial, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(b).



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

22. Provisão para contingências

(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Companhia é parte envolvida em processos de naturezas cível e tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa:

	2025	2024
Cível	4.776.828	39.962.385
Tributária	1.939.386	1.993.478
	<u>6.716.214</u>	<u>41.955.863</u>

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os montantes envolvidos estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Cível	41.483.972	198.058.041
Tributária	4.493.406	3.196
	<u>45.977.378</u>	<u>198.061.237</u>

(c) Processos transitados em julgado – Decisão STF

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

A administração da Companhia efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

23. Passivo a descoberto

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$162.163.843, dividido em 265.947 ações ordinárias ou comuns, nominativas, do valor de R\$609,76 cada uma, distribuído da seguinte forma:

Acionista	2025 e 2024	
	Participação (%)	Valor (R\$)
Nassau Administração e Participações Ltda.	48,48%	78.617.031
Itapicuru Agro Industrial S/A	19,65%	31.865.195
Itabira Agro Industrial S/A	13,50%	21.892.119
Itapuí Barbalhense Indústria de Cimentos S/A	6,86%	11.124.440
Cimentos do Brasil S/A - CIBRASA	5,87%	9.519.018
João Pereira dos Santos (Espólio)	5,26%	8.529.818
Nassau Corretora de Seguros Ltda.	0,25%	405.410
Outros acionistas	0,13%	210.812
	<u>100,00%</u>	<u>162.163.843</u>

(b) Destinação do lucro do exercício

O lucro líquido da Companhia terá a seguinte destinação, conforme estatuto:

- 5% para constituição de reserva legal, até que atinja 20% do capital social;
- Provisão para importância necessária para as despesas do exercício seguinte e para a manutenção da sociedade;
- O saldo remanescente será objeto de deliberação em Assembleia Geral.



.24.

COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

(c) Ajustes de exercícios anteriores

	2025	2024
Regularização de saldos patrimoniais, líquido	(67.587.636)	(309.454.367)
Ajustes do saldo de passivos em recuperação judicial	(1.067.813)	(91.692.561)
	<u>(68.655.449)</u>	<u>(401.146.928)</u>

24. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receitas brutas		
Vendas de cana de açúcar	19.121.501	31.894.970
Deduções		
Tributos sobre vendas	-	(5.705)
	<u>19.121.501</u>	<u>31.889.265</u>



.25.

COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

25. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Matéria-prima e insumos	(13.134.063)	(2.674.104)
Combustíveis e lubrificantes	(577.813)	(906.557)
Energia elétrica	(1.036.874)	(1.225.285)
Salários e ordenados	(7.493.608)	(10.949.555)
13º salário e férias	(1.543.139)	(2.456.721)
INSS e FGTS	(2.031.347)	(1.682.448)
Rescisões	(891.848)	(110.410)
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	(153.222)	(124.171)
Transporte de funcionários	(778.505)	(642.079)
Serviços prestados - Pessoas física e jurídica	(7.880.315)	(802.743)
Depreciação, amortização e exaustão	-	(352.751)
Aluguéis	(323.149)	(237.264)
Materiais de reposição	(366.473)	(1.313.125)
Fretes	(1.024)	(539.189)
Manutenções	(278.029)	(3.722.173)
Impostos, taxas e contribuições	(1.321.044)	(841.512)
Outros custos e despesas	(1.210.186)	(1.673.900)
	<u>(39.020.639)</u>	<u>(30.253.987)</u>
Custo dos produtos vendidos	(18.617.754)	(13.919.911)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	<u>(20.402.885)</u>	<u>(16.334.076)</u>
	<u>(39.020.639)</u>	<u>(30.253.987)</u>



COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Receitas financeiras		
Aluguéis	1.775.592	576.529
Sucata	9.375	1.526.909
Reversão de provisão para contingências	35.239.649	-
	<u>37.024.616</u>	<u>2.103.438</u>
Despesas financeiras		
Perdas com estoques obsoletos	(29.663)	(387.604)
Provisões com contingências	-	(41.955.863)
Provisão para perdas com investimentos	(1.991.016)	-
Tributos incidentes	(166.567)	(129.120)
	<u>(2.187.246)</u>	<u>(42.472.587)</u>
	<u><u>34.837.370</u></u>	<u><u>(40.369.149)</u></u>

27. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	45.886	85.518
Descontos obtidos sobre tributos (i)	-	61.951.995
Outras receitas financeiras	8.882	6.603
	<u>54.768</u>	<u>62.044.116</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(36.950)	(10.785)
Juros e multas sobre impostos e contribuições	(3.485.469)	(668.723)
Atualização monetária sobre tributos	(2.775.830)	(1.726.251)
Juros passivos	-	(2.048.490)
Outras despesas financeiras	(16.185)	(2.308)
	<u>(6.314.434)</u>	<u>(4.456.557)</u>
	<u><u>(6.259.666)</u></u>	<u><u>57.587.559</u></u>

(i) Em 2024, refere-se aos efeitos do desconto de multas e juros, decorrentes da transação efetuada junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18(d).



.27.

COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

28. Partes relacionadas

	2025	2024
Ativo circulante		
<u>Contas a receber de clientes</u>		
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	345.124	339.374
Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA	882.285	882.285
Itajubara S/A Açúcar e Álcool	466.538	466.538
Outros	31.618	31.618
	<u>1.725.565</u>	<u>1.719.815</u>
<u>Adiantamentos</u>		
Itauna Agro Pecuária e Mecanização Ltda.	<u>691.658</u>	<u>1.081.667</u>
<u>Outras contas a receber</u>		
Acionistas	<u>7.660.737</u>	<u>7.660.737</u>
Passivo circulante		
<u>Fornecedores</u>		
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	104.654	97.417
Itajubara S/A Açúcar e Álcool	100.890	100.890
Itauna Agro Pecuária e Mecanização Ltda.	-	87.257
Outros	70	70
	<u>205.614</u>	<u>285.634</u>
<u>Adiantamentos de clientes</u>		
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	<u>5.444</u>	<u>5.114</u>



.28.

COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

A seguir estão demonstradas as operações entre partes relacionadas, cujos prazos de vencimento são indeterminados e não há atualização monetária nem incidência de juros sobre as referidas transações:

	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	2025	2024	2025	2024
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	1.504.240	909.440	432.035.276	431.775.542
CBE – Companhia Brasileira de Equipamento	158.516.442	145.450.598	26.316.435	11.860.915
Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA	90.730.028	90.730.028	726.598	932
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA	117.960.214	117.960.204	190.443	-
Empresa Energética Santa Teresa Ltda.	7.507.526	7.396.759	10.364.101	10.364.585
Industria de Sacos de Papel S/A	3.064.877	3.062.149	199.697	-
Itaberaba Agropecuária Ltda.	1.416.403	1.416.403	-	-
Itabira Agro Industrial S/A	360.514	-	3.564.056	65.072
Itaguarema Imobiliária Ltda.	-	-	130.338.991	130.338.991
Itaguassu Agro Industrial S/A	239.681.178	239.681.178	-	-
Itaguatinga Agro Industrial S/A	-	-	5.527.492	5.527.492
Itaguatins S/A – Agropecuária	1.275.303	1.275.303	-	-
Itaiguará Transportes Ltda.	3.853.312	3.853.312	-	-
Itaipava S/A	32.456	31.236	139.201.256	139.039.296
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A	48.356.163	48.356.163	-	-
Itajubara S/A Açúcar e Alcool	33.428.798	33.431.760	12.000.319	12.000.319
Itamaracá S/A	4.609.330	4.609.330	-	-
Itaocara Agropecuária Ltda.	5.990.230	5.990.230	-	-
Itapagé S/A Celulose e Papéis e Artefatos	36.823.446	36.823.446	-	-
Itapessoca Agro Industrial S/A	22.834.737	22.350.430	1.067.949	457.743
Itapetinga Agro Industrial S/A	-	-	25.278.484	25.138.484
Itapissuma S/A	82.450.124	82.450.124	690	-
Itapuama Agroindustrial e Serviços Ltda.	-	-	92.015.757	92.015.757
Itapuí Barbalhanse Indústria de Cimentos S/A	-	-	20.021.264	20.021.264
Itauna Agro Pecuária e Mecanização Ltda.	26.747.086	27.212.027	1.603.517	1.603.517
Itautinga Agro Industrial S/A	34.288.964	34.288.964	-	-
Mamoaba Agro Pastoral S/A	14.749.868	12.967.714	3.220.275	-
Nassau Administração e Participações Ltda.	4.922.362	4.922.362	3.147.224	3.431.418
Nassau Editora, Rádio e Televisão Ltda.	38.452.139	38.452.139	-	-
Sociedade de Táxi Aéreo Weston Ltda.	4.522.359	4.522.359	-	-
Versal Gráfica e Editora S/A	10.280.918	10.280.918	-	-
Outras partes relacionadas	540.971	532.581	42.076	3.800.127
	<u>994.899.988</u>	<u>978.957.157</u>	<u>906.861.900</u>	<u>887.441.454</u>

29. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía apólices de seguros contratados para cobrir eventuais perdas com sinistros de ativos ou operacionais.

* * *